

## Resenha dos livros:

Brandão, Priscila Carlos; Carvalho, Bernardo Rocha; Teixeira, Carla Drielly dos Santos; Rocha, Igor Tadeu Camilo. *Ilegais e Imorais: autoritarismo, interferência política e corrupção dos militares na história do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2023. ISBN: 978-85-8054-634-7.

Domingos Neto, Manuel. *O que fazer com o militar: anotações para uma nova defesa nacional*. Parnaíba: Gabinete de Leitura, 2023. ISBN: 978-65-981151-0-4.

---

**LUCAS PEREIRA REZENDE**

Para além do romancista que marcou o século XX, George Orwell era também jornalista e, como tal, ao analisar a possibilidade de os nazistas vencerem a II Guerra Mundial e reescreverem a história a seu modo, proferiu a célebre frase: “A história é escrita pelos vencedores” (Orwell 1944, s/p). Afinal, se os nazistas ganhassem a guerra, repetiriam como verdade o que queriam na sua propaganda, e isto acabaria sendo repetido como verdade histórica, ainda que não o fosse. Se entendemos que a história oficial é, portanto, contada pelos vencedores, cabe a nós, mulheres e homens da ciência, desconstruir tais narrativas de forma a apresentar fatos históricos e recontá-los através do método científico: observação, questionamento, formulação de hipóteses, condução de experimentos e, por fim, refutação ou corroboração da hipótese.

Imbuídos dessa missão, Priscila Brandão, acompanhada por Bernardo Carvalho, Carla Drielly Teixeira e Igor Tadeu Rocha, trazem uma contribuição notável para os estudos da História Militar no Brasil com a publicação de *Ilegais e Imorais* (Editora Fino Traço, 2023). Escrito em uma linguagem acessível ao grande público, o que contribui para romper as imaginadas Torres de Marfim que separam o pensamento científico do cidadão comum, este livro torna-se leitura essencial para quem deseja entender o histórico de atuação política dos militares brasileiros sem o verniz da história oficial contada pelos vencedores.

---

**Lucas Pereira Rezende** é professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. [orcid.org/0000-0001-6537-3949](https://orcid.org/0000-0001-6537-3949). E-mail: [lucasprezende@fafich.ufmg.br](mailto:lucasprezende@fafich.ufmg.br)

Neste sentido, é importante para a moral militar a construção de narrativas gloriosas, que louvam o passado, instituições e pessoas em busca de mitos mobilizadores. O problema é quando os mitos sobrepõem a realidade e políticas públicas — incluindo a preparação para a guerra — passam a ser orientadas por uma narrativa fantasiosa, com resultados reais para todo um país. Se faz parte da cultura militar a manutenção de soldados como heróis, é dever da ciência quebrar mitos para que o conhecimento possa ser objetivamente conhecido, distanciando narrativas subjetivas de leituras factuais. E é por isto que a obra de Brandão et al. (2023) torna-se tão importante.

O livro é dividido em três partes. Na primeira, “Tempos de definição de comportamento institucional”, os autores trabalham os anos iniciais do Brasil, olhando o papel dos militares na era colonial, imperial e no início do período republicano. Mostram como, através do uso da força principalmente contra seus próprios cidadãos, foi sendo construída a narrativa de uma superioridade moral dos militares frente aos civis, vistos na caserna como “políticos podres, corruptos e aproveitadores do país” (Faoro 2012 *apud* Brandão et al. 2023, 21). Nessa narrativa, fomos forjados como nação aprendendo a temer e *respeitar* os militares de maneira acrítica — basta ver nosso hábito de grafar forças armadas sempre em maiúsculo, mesmo sem justificativa gramatical para tal, reverência esta não estendida a outras instituições, como as forças policiais ou mesmo as universidades públicas, como observam os autores.

Na segunda parte, “Tempos de consolidação das práticas intervencionistas”, são analisados como a Guerra Fria, no aspecto global, e o golpe de 1964 e a ditadura militar, no aspecto doméstico, contribuíram para consolidar as narrativas que levaram à militarização da política brasileira do pós-II Guerra ao fim do regime autoritário no país. Ainda que tenha havido cooperação de parte significativa da sociedade civil à época, foi o protagonismo militar o responsável pela construção e manutenção de uma narrativa que conferia legitimidade às intervenções castrenses na vida política doméstica.

Na terceira e última parte, “Práticas corruptas e autoritárias enraizadas”, os autores perpassam os anos da Nova República, e mostram como, mesmo após a proclamação da Constituição Cidadã de 1988, e como resultado das “injustiças de transição” (Brandão et al, 2023, p. 183), nosso processo de democratização foi inviabilizado pela anistia ao apagar das luzes do nosso período de trevas. Ao jamais serem responsabilizados pelos crimes cometidos, incluindo os diversos casos de corrupção e mau uso do dinheiro público apontados pelos autores, a narrativa histórica seguiu igualmente impune, o que acabou nos levando ao bolsonarismo, construído

em cima das narrativas falaciosas que sobreviveram nos quartéis e nas “vandeiras alvoroçadas” (Brandão et al. 2023, 124) de alguns círculos civis.

Com bom-humor e muita fundamentação histórica, *Ilegais e Imorais* nos mostra as raízes militares de uma cultura patrimonialista e personalista que ainda impera no Brasil, e que tem, neste imaginário, as forças armadas no topo hierárquico do país mesmo após décadas de regime (formalmente) democrático. As forças armadas tiveram papel preponderante na formação do poder coercitivo doméstico brasileiro, e se mantiveram protagonistas pela manutenção dessas estruturas narrativas e institucionais, além de uma série de golpes de Estado ou suas tentativas desde a Proclamação da República, em 1889.

Nas palavras dos autores (Brandão et al. 2023, 286),

[c]omo os militares não percebem o Estado como algo acabado, que está sempre em construção, atuam a partir do seu delírio de moralidade superior, que sempre se viu no direito de “amadurecer” esse Estado a partir das ideologias adequadas aos seus interesses, quase nunca relacionadas com uma atitude necessariamente republicana ou democrática. Os protagonistas dos golpes podem ser caracterizados como militares ressentidos, desprestigiados, subservientes a uma elite excludente, mas, ao mesmo tempo, dotados de uma autoestima que sempre os colocou em patamar acima da média da moralidade e eficiência da sociedade brasileira. Como se fossem os verdadeiros guardiões da pátria, mais uma vez, seja lá o que isso signifique.

Em um momento histórico em que a sociedade brasileira se prepara para, de maneira inédita, julgar militares da ativa e da reserva por seus envolvimento nas tentativas de abolição violenta do Estado democrático de direito, a leitura de *Ilegais e Imorais* é fundamental para compreender que, do contrário do que narrativas buscam trazer de individualização das responsabilizações, há um fértil ambiente para conspirações antidemocráticas no seio das forças armadas brasileiras. Isso não significa dizer que todos os militares brasileiros são golpistas ou corruptos, mas que, sem um olhar crítico para nossas instituições armadas, seus históricos e seus mitos, jamais compreenderemos como podem existir, ainda hoje, incentivos dogmáticos institucionais dentro das forças armadas que operam à margem da democracia.

Com textos de apresentação de Paulo Ribeiro da Cunha (cientista político) e Josias Fernandes Alves (jornalista), o livro conta também com uma bela apresentação por Manuel Domingos Neto, historiador e ex-presidente da Associação Brasileira de Defesa, além de autor do outro livro ao qual me dedico nesta resenha, *O que fazer com o militar* (2023).

Tendo compreendido em Brandão et al. (2023) o histórico da atuação política dos militares brasileiros, é impossível terminar a leitura sem pensar sobre o futuro. Afinal, lembram os autores, tem sido tarefa hercúlea justificar a existência das forças armadas brasileiras frente a despesas mal justificadas e condutas tão ilegais e imorais. É aí que Domingos (2023) completa a nossa análise.

Partindo da experiência de quem estuda há décadas os militares, Domingos (2023) faz também uso da narrativa mais informal, adotada no livro de Brandão et al. (2023). Com capítulos curtos e partindo da experiência do autor, ex-militar, preso, torturado pela ditadura e depois autoexilado para poder se formar na faculdade, Domingos (2023) fez um livro didático, que busca apresentar à sociedade a relevância de se estudar aspectos da defesa nacional fora dos quartéis. Essa, aliás, é uma característica de ambas as publicações: ajudar a pautar a sociedade civil nos temas ligados ao meio militar.

Tendo passado à margem dos processos de reforma dos setores de segurança que reorganizaram as instituições militares após os processos de redemocratização com o fim da Guerra Fria, o Brasil mantém forças armadas e de segurança doméstica orientadas para uma configuração de poder global que não existe há quase quatro décadas — pelo menos. Com a ascensão da China e da Rússia, concomitantemente às ameaças não-estatais, temos doutrinas ainda mais desatualizadas, além de fortemente orientadas para o combate a inimigos internos, ao invés de externos. Mais de 80% do orçamento em defesa brasileiro é gasto com pessoal — incluindo as polpudas pensões para familiares (Brandão et al. 2023).

O Brasil precisa se defender, e ter forças armadas capazes de fazê-lo demanda atualizações periódicas. Nossa última reforma militar, sob influência primeiro da Alemanha e depois da França, aconteceu há mais de um século. E as razões apresentadas por Domingos (2023) buscam a construção de um modelo de defesa nacional que seja um reflexo da sociedade democrática que vivemos. Dentre elas, Domingos (2023, 36–7) apresenta a primazia de atividades subsidiárias em detrimento da defesa nacional, o que o autor chama de transtorno de personalidade do soldado,

que se percebe como político, policial, empresário, assistente social, administrador público, construtor de estradas, perfurador de poços no semiárido, guarda florestal, vigia de fronteira, entendido em Segurança Pública, controladores dos tráfegos aéreo, costeiro e fluvial, supremo avaliador da moralidade e planejador do destino nacional.

Temos tropas e generais em excesso, além de mal distribuídos territorialmente. É preciso acabar com a primazia do Exército e investir melhor

em dissuasão, via incremento da capacidade aeronaval e proteção cibernética. É preciso debater a blindagem institucional à comunidade LGBTQIA+, negros, indígenas e mulheres para que cheguem ao topo da hierarquia em funções de comando no generalato, dificultados por endogenias e anacronismos como o serviço militar obrigatório. É preciso que a sociedade debata as escolas militares e o militarismo do ensino infanto-juvenil. Os valores e conteúdos dos currículos militares devem refletir os valores da sociedade plural e democrática estabelecidos na Constituição, e não o oposto. É preciso que a reforma seja conduzida como forma de dissipar a inexistente, mas sustentada, mentalidade de guardião da moralidade e do caráter nacionais dos militares. Por fim, a reforma é importante, termina Domingos (2023, 41), para liberar os militares das missões que não lhes cabem, democratizando e civilizando a defesa nacional brasileira, propiciando “o encontro do militar com a nação”.

Se desconhecer o militar é um erro, pois só se comanda quem se conhece, a tradicional delegação que os civis dão aos militares dos temas ligados à defesa é também algo que precisa mudar (Domingos 2023). Um dos aspectos que o autor reforça no texto é a necessidade de se pensar a defesa nacional a partir da cooperação internacional. E tivemos experiências importantes de cooperação em defesa que sinalizavam cooperação regional e dissuasão internacional durante os anos da Unasul. Sugeri em Rezende (2015) que a cooperação em defesa pode ser um instrumento para aumentar a capacidade dos Estados, e vimos isso acontecer, ainda que brevemente, até que a visão militarista reavivou disputas políticas regionais. E Domingos (2023) reforça como o Brasil não pode pensar sua defesa sem a cooperação e parceria de seus vizinhos, que, longe de serem uma ameaça existencial real ao país, sofrem das mesmas fontes de insegurança que nós (potências estrangeiras e crime organizado).

Ainda que possa se debater as propostas trazidas pelo autor, a obra de Domingos (2023) é relevante por sistematizar temas que precisam ser tratados em uma eventual reforma democrática do setor de segurança brasileiro. Se não esgota o debate,<sup>1</sup> ao menos o abre com uma agenda propositiva para toda a sociedade, daí a relevância do livro. O tema do próximo Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, “A modernização dos setores de segurança: democracia e defesa face aos desafios da guerra contemporânea”, a se realizar na Universidade Federal de Minas

---

<sup>1</sup> Fiz, em parceria com Alexandre Fuccille, um breve texto sugerindo nove propostas de temas também a serem considerados em uma eventual reforma do setor de segurança brasileiro (Rezende e Fuccille 2020), assim como fizeram também Martins Filho, Cunha, Soares e Lima (2016), para citar apenas algumas das propostas de reforma sugeridas até o momento.

Gerais, entre 3 e 5 de setembro de 2024, espelha essa preocupação externalizada em ambas as publicações.

As obras de Brandão et al. (2023) e Domingos (2023) nos mostram que revisitar historicamente os mitos militares não significa revanchismo — como frequentemente ouvimos quando qualquer tentativa de responsabilização bate à porte de algum militar ou dos quartéis, mas sim que há aspectos de nossa história que precisam ser desconstruídos caso queiramos, como encerram Brandão et al. (2023, 295), “construir a [nossa] autonomia política, vetada desde a Proclamação da República pelos seus militares ilegais e imorais”. Em períodos de pós-verdade, é ainda mais importante a leitura de ambas as obras como forma de se evitar a reescrita da história pelos vencedores através do uso da força.

## REFERÊNCIAS

Brandão, Priscila Carlos, Bernardo Rocha Carvalho, Carla Drielly dos Santos Teixeira, and Igor Tadeu Camilo Rocha. 2023. *Ilegais e Imorais: autoritarismo, interferência política e corrupção dos militares na história do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. ISBN: 978-85-8054-634-7.

Domingos Neto, Manuel. 2023. *O que fazer com o militar: anotações para uma nova defesa nacional*. Parnaíba: Gabinete de Leitura. ISBN: 978-65-981151-0-4.

Martins Filho, João Roberto, Paulo Ribeiro Cunha, Samuel Alves Soares, and Sued Castro Lima. 2016. “Os militares e a política”. In *Defesa e Segurança do Atlântico Sul*, edited by Érica C. A. Winand, Thiago Rodrigues, and Sérgio Aguilar. VIII ENABED. São Cristóvão: Editora UFS.

Orwell, George. 1944. “Revisiting History. As I Please”, *The Tribune* (4 fev.). [galileo.phys.virginia.edu/classes/inv\\_inn.usm/orwell3.html#:~:text=In%20no%20case%20do%20you,is%20written%20by%20the%20winners](http://galileo.phys.virginia.edu/classes/inv_inn.usm/orwell3.html#:~:text=In%20no%20case%20do%20you,is%20written%20by%20the%20winners).

Rezende, Lucas Pereira. 2015. *Sobe e Desce*. Explicando a cooperação em defesa na América do Sul. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Rezende, Lucas, and Alexandre Fuccille. 2020. “Só uma reforma nas Forças Armadas pode pôr fim ao espírito golpista de nossos militares”. *Voices. The Intercept Brasil* (23 out.). [www.intercept.com.br/2020/10/23/so-uma-reforma-nas-forcas-armadas-pode-por-fim-ao-espírito-golpista-de-nossos-militares/](http://www.intercept.com.br/2020/10/23/so-uma-reforma-nas-forcas-armadas-pode-por-fim-ao-espírito-golpista-de-nossos-militares/).